



**Ata da 61ª Assembléia Ordinária do Conselho Gestor da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos, em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual *Microsoft Teams* os membros do Conselho da APA do Banhado Grande presentes para a 61ª Assembleia Ordinária, convocada pela presidente, Sra. Letícia Rolim Vianna.

INSTITUIÇÃO	CONSELHEIROS	
1. DPMCC/SEMA - Divisão de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient.	TITULAR	Jan Karel felix Mahler Jr
2. UFRGS	TITULAR	Teresinha Guerra
3. Prefeitura de Glorinha	FALTA	
4. Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha	SUPLENTE	Miriam Borba
5. Prefeitura de Viamão	FALTA	
6. Prefeitura de Gravataí	FALTA	
7. FEPAM	FALTA	
8. APABG/SEMA - Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande	TITULAR	Letícia Vianna
	SUPLENTE	Cecília Nin
9. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TITULAR	Paulo Heerd Junior
10. DRHS/SEMA - Depart. Rec. Hídricos e Saneamento	TITULAR	Gabriel Muller
11. SEAPDR - Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	TITULAR	Eduardo Oslaj
12. Comitê Gravatahy	SUPLENTE	Sérgio Cardoso
13. CORSAN	TITULAR	Guinever
	SUPLENTE	Simone Peres
14. AAFISE - Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé	FALTA	





15. STR-SAP - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sto. Antônio da Patrulha	JUSTIFICOU	
16. -LBV - Legião da Boa Vontade	SUPLENTE	José Joaquim Rodrigues
17. Associação de Moradores do Banhado Gravataí	FALTA	
18. Associação de Moradores do Quilombo Cantão das Lombas/Anastácia	JUSTIFICOU	
19. Quinta da Estância	FALTA	
20. EMATER RS	SUPLENTE	Fabian del Valle
21. FIERGS	JUSTIFICOU	
22. FIERGS	TITULAR	Fúlvia Jorge
23. FIERGS	TITULAR	Fernando Justo
	SUPLENTE	Cláudia Sadovski
24. SINDIENERGIA	TITULAR	Juliana Pretto
	SUPLENTE	Daniela Cardeal
25. FARSUL	SUPLENTE	Marcelo Rosa
26. Sindicato Rural de Gravataí e Glorinha	FALTOU	
27. ACIVI - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Viamão	JUSTIFICOU	
28. APNVG - Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí	TITULAR	Tania Peixoto
29. Instituto Curicaca	TITULAR	Andreas Kindel
30. ACAMPA - Assoc. Cultural Ambientalista Prometeu Acorrentado	FALTOU	
VISITANTES		
Paula Hofmeister - FARSUL		
Paola Stumpf - DUC/SEMA		





Pauta:

1 - Aprovação da ata da assembleia 02 de agosto de 2021;

2 - Plano de manejo: relato do andamento do processo;

Pauta 1 - Aprovação das atas das assembleias

Letícia: Coloca em votação a ata do dia 02 de agosto do corrente ano e solicita aos conselheiros que se manifestem via ferramenta de “levantar a mão” e/ou *chat* quanto a rejeição ou a abstenção da ata: duas abstenções (Instituto Curicaca e Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha). Ata aprovada por maioria, sem nenhuma consideração em plenária.

Pauta 2 - Plano de Manejo

2.1 Relato do Andamento

Letícia (APABG): Faz um relato sobre as movimentações do Plano de manejo após o envio para SEMA no dia 24 de junho de 2021, informa que no dia 30/06 foi encaminhado para a ASSJUR sem observações; no dia 16/09 a ASSTEC/SEMA emite uma INF 076/2021 recomendando o envio do P.M. para ciência e considerações de alguns departamentos; no dia 22/09 o secretário adjunto acata a INF 076/2021 e no mesmo dia o Sr Ricardo Garcia Amaral (ASSJUR) emite um parecer com entendimento de ilegalidade em alguns pontos, Letícia lembra que esses pontos foram trabalhados durante a construção de todo o PM.

PLANO DE MANEJO
Relatos do Andamento

Situação no PROA 21/0500.0001527-0

30/6/2021 – Parecer e encaminhamento à ASSJUR de Diego Melo (DBio)

16/09/2021 – INF 076/2021 – ASSTEC/SEMA de Liana Barbizan recomendando o envio do PM aos departamentos de mineração e energia e DRHS para ciência e considerações.

22/09/2021 – Parecer de Guilherme de Souza (Secretário Adjunto) acata a INF 076

22/09/2021 – Parecer de Ricardo Garcia Amaral (ASSJUR) - entende como ilegal a necessidade de consulta do órgão licenciador à APABG para análise e emissão de parecer, anterior à emissão de Licença Prévia, para todos os portes da atividade de linha de transmissão de energia, e não apenas para empreendimentos de significativo impacto ambiental sujeitos à EIA/RIMA.

No dia 24/09/2021 a SEMA teve uma reunião com o MP onde deveria ter participado também o secretário de meio ambiente, mas parece que somente participou o servidor da ASSJUR e segundo informações foi prometido a promotora que a homologação do plano ocorreria até o dia 05 de outubro de 2021. No dia 27/09/2021 foi emitido um parecer pela diretora de mineração da





SEMA, conforme recorte abaixo. Letícia entende que o parecer foi emitido sem o devido aprofundamento de informações contidas nos dois volumes do P.M. Todos os questionamentos estão no P.M. e que a falta de informações do município de Viamão é devido ao não retorno das inúmeras solicitações feitas durante a construção do P.M.

Reunião SEMA x MP
24/09/2021

27/09/2021 – Parecer de GRAZIELA KLAMT (Diretora de Mineração) – “Não apresentam um panorama de APABG da situação atual, sem a presença de mapas e estudos geológicos referindo as oportunidades dos minerais desta região. Falta um mapa de sensibilidade ambiental versus potencial mineral, como é apresentado no Zoneamento de Mineração de Viamão, por exemplo, onde instrumenta e ordena de forma técnica a mineração na APABG.”

Referente às pautas 9, 23 e 29, colocadas em votação no conselho informa que: “As propostas de pauta são restritivas e não atentem a legislação ambiental vigente. Sem amparo legal e técnico esclarecedor para sequer trazer a pauta para votação.”

No dia 30/09/2021 foi emitida uma manifestação do departamento de energia, Leticia manifesta a sua grande surpresa com a manifestação, pois o servidor participou das reuniões de construção do plano e não lembra dele se manifestar em momento algum, inclusive o SINDIENERGIA participou ativamente da construção do P.M. Reforça que a manifestação causou muita surpresa.

30/09/2021 - Manifestação do Departamento de Energia emitido por Ebersson Silveira Diretor do Departamento de Energia: “Necessário ainda avaliar o limite de capacidade que estes corredores permitirão escoar, uma vez que, parte deles, já contempla a futura passagem das linhas de transmissão Capivari do Sul – Gravataí e Capivari do Sul-Guaíba3 (corredor 2) e Capivari do Sul-Viamão3 (corredor 1), lembrando que as necessidades de escoamento de produção de energia e de atendimento ao consumo na Região do Litoral tem, ao longo do tempo, a tendência de crescimento.”

No dia 01/10/2021 o processo foi encaminhado para a DISAN pela Patrícia do DHRS e a DISAN encaminha no mesmo dia para o representante do DHRS no conselho consultivo da APABG, onde permanece até este momento: 11h do dia 04 de outubro de 2021.

01/10/2021 - Patrícia Moreira Cardoso (DRHS) encaminha para Walter Souza.

01/10/2021 - Walter Lorenzo Z. Motta De Souza (DISAN) encaminha para o representante do DRHS no Conselho Consultivo da APABG, Gabriel Timm Muller, onde permanece até as 11h de hoje.





Estas foram as movimentações do PROA número 21/0500.0001527-0. Abre a reunião para manifestações dos conselheiros, conforme ordem de inscrição.

Tânia (APABG): Para a APNVG causa muita estranheza também que, após um longo processo de construção do P.M. com a participação dos setores públicos, setor produtivo e também com a sociedade civil que começa a aparecer nos setores da SEMA funcionários que desconhecem o P.M., não leem com a atenção o P.M. e emitem pareceres dando impressão de estarem simplesmente dificultando a homologação do P.M. Na semana passada a APNVG, em sua reunião mensal, como representante da sociedade civil, decidiu por unanimidade se, caso essa questão não se encaminhar de forma rápida, durante esta semana, ela irá ingressar na justiça, infelizmente. Não entendemos como após dez anos de elaboração de um P.M. ele fique na mesa de um funcionário do DRH que inclusive é membro do conselho da APABG e tem conhecimento de toda a construção do trabalho, que foi discutida com os diversos setores públicos, produtivos e da sociedade e APNVG como representante da sociedade civil se vê na obrigação de entrar com uma ação judicial, caso contrário irão chamar os servidores do almoxarifado ou até mesmo o motorista do secretário para emitir parecer, desculpem a ironia, mas é o que parecer e com todo o respeito ao conselho, mas a APNVG se vê obrigada a tomar essa atitude, estávamos apenas aguardando a reunião de hoje do conselho para termos as informações oficiais e darmos os devidos encaminhamentos, caso algum conselheiro tenha alguma consideração ou contribuição para viabilizarmos essa ação, pois não tem explicação que desde abril o P.M. fique andando dentro da secretaria de um lado para outro, sem atendimento ao público os técnicos deveriam ter mais tempo para essas análises, a impressão é que parece proposital.

Letícia (APABG): Sem querer defender o técnico do DRH, mas ele recebeu esse PROA sexta feira, não lembro o horário, e hoje é segunda à tarde. Esse PROA está andando para cima e para baixo, pois após passar pela assessoria técnica eles decidiram, não sei porquê motivo, que esse PROA deveria passar por uma série de outros setores. Entendo que o erro está lá atrás.

Andreas (Curicaca): Podemos gerar mil e uma hipóteses do porquê ficou tanto tempo parado e podemos verificar onde ficou parado, mas vejo com bastante tristeza a manifestação do Eberson porque ela é muito frágil e para mim dá o entender muito claro do esforço articulado para desacelerar esse processo! Avaliar a capacidade do corredor de transmitir é uma coisa totalmente irreal, pois a necessidade de aumentar a capacidade você pode substituir tecnologias, você pode fazer uma série de outras substituições que não cabem ser projetadas nesse momento e se mesmo assim a capacidade for esgotada o plano poderá ser revisto. Então não acredito que com o planejamento que existe e que foi expresso na reunião por pessoas que tinham o domínio do planejamento, inclusive da EPE, que isso seja motivo para emitir um parecer desse tipo para trancar o processo de publicação do P.M. que foi algum discutido, negociado e acordado nas reuniões e com a participação dele, inclusive. Ficou chocado com esse tipo de manifestação, acho que essa é facilmente reversível e cabe, talvez uma manifestação explícita nossa. Entendo que se houve um acordo de que até amanhã haveria uma manifestação sobre a publicação deveríamos aguardar até amanhã e se não houver então uma manifestação as entidades que se sentirem prejudicadas devem sim passar para um outro momento e inclusive acionar a instituição e as pessoas responsáveis, por que dois meses parado para haver uma manifestação da DBio, mais quase três meses parado para que tivesse um encaminhamento para resposta da DBio e esse





encaminhamento envolve setores que participaram do processo de discussão, entendo que tem algo de muito errado no ar e estou bastante incomodado com a situação, a resposta para o Eberson é bem fácil de ser construída, não sei se ficamos debatendo a resposta ou passamos para momento um pouco mais drástico.

Letícia (APABG): Entendo que não temos mais momento para esse debate, pois o processo não veio mais para nós, entendo que agora é SEMA e MP, de qualquer forma, nós temos essas respostas. Concordo com o Andreas, tudo que foi colocado nos pareceres que estão dificultando a homologação nós não entendemos o porquê e temos justificativas para que não tivesse sido feito dessa forma.

Andreas (Curicaca): Assim que eu espero que aconteça e desejo que nós não tenhamos mais que intervir nesse debate e que eles se de agora via M.P.

Gabriel (DRHS): Gostaria de esclarecer, mas acho que a Letícia já explicou bem, esse PROA me foi encaminhado na sexta à tarde e eu recebi ele hoje pela manhã, também não fui informado que o receberia, me comprometo que assim que acabar a reunião dar o encaminhamento necessário ao PROA.

Cláudia (FIERGS): Fomos pegos de surpresa também com esses pareceres uma vez que não tínhamos conhecimento de como estava o andamento do processo do Plano. Muitos dos que contribuíram com a construção do plano no setor produtivo vinham questionando sobre os encaminhamentos do plano e a minha dúvida primeira acredito que você já respondeu, que era o caberia ao conselho agora e como você disse agora é entre SEMA e MP. Outro ponto como colocado pela Letícia que enfatizou que era a sua opinião, eu também gostaria de expressar a minha opinião, nas reuniões do conselho, por diversas vezes o setor produtivo apontou falta de estudos e materiais técnicos, conflitos de legislações entre outros e agora como passou por setor específico para esses pontos das faltas de documentação e estudos, assim como as divergências entre as leis estão aparecendo, mas reitero que é a minha opinião. E somente para confirmar, nós quanto conselho não precisamos de um reexame de nada?

Letícia (APABG): como eu comentei com o Andreas, esse processo não retornou para nós, então não temos como elaborar um contra parecer informando onde estão os dados questionados nos pareceres e de que forma foram tratados na elaboração do P.M. A SEMA tem até amanhã para homologar o P.M. se isso não ocorrer eu não sei como será o questionamento da promotora! Vamos aguardar.

Tânia (APNVG): Amanhã é o prazo para encaminhar para a promotoria. Certo?

Letícia (APABG): é um prazo informal acordado entre a SEMA e a promotora, não sabemos o que foi acordado porque não participamos da reunião e ela não está na reunião.

Tânia (APNVG): E amanhã vocês irão nos informar se o Plano foi enviado para a promotora ou se o Gabriel deu seguimento ao processo?

Letícia (APABG): Caso vocês queiram podemos atualizar os conselheiros pelo grupo do *whatsapp* ou mandar *e-mail*, mas quem tiver interesse pode nos perguntar diretamente que atualizamos o andamento do processo.





Tânia (APNVG): APNVG irá aguardar até amanhã, porque a nossa ideia não é recorrer a promotoria, mas sim ao juiz, iremos além, porque não se resolveu até agora e o processo não anda. Como foi muito bem dito pelo Andreas, o parecer da Sra. Graziela não se sustenta, as informações que ela questiona já foi debatido e mesmo o plano está sujeito a sofrer mudanças conforme as necessidades, isso ficou definido nas votações, por esse motivo APNVG tem grande preocupação porque em situações como essa temos que judicializar pois se nota outros interesses e como disse o Andreas causa decepções e até revolta com o desrespeito com todo o trabalho feito até hoje, Gostaria que ficasse registrado em ata os comentários da APNVG.

Daniela (Sindienergia): Informa que não receberam nenhuma informação e não sabiam como estava o andamento do processo junto a SEMA, questiona se após o dia trinta de junho esse processo ficou tramitando dentro da SEMA e pergunta se existe alguma forma de acompanhar a movimentação desse processo dentro do órgão? entende também que os nomes que elaboraram os pareceres que acompanham o processo são nomes bem representativos, inclusive o Eberson teve participação ativamente dentro do grupo de linhas de transmissão, não sabe se ele teve acesso ao documento final, mas participou da construção diferente de alguns outros setores como a da mineração que não sabe se teve representatividade na elaboração do plano. Entende que três meses é um tempo grande, mas em se tratando de um documento que vem sendo construído há dez anos e se dentro desses três meses quem elaborou os pareceres se debruçou sobre o plano acredita ser um tempo justificável, por isso o questionamento se tem como rastrear o andamento do processo dentro da SEMA: com quem ficou e por quanto tempo até emitir o parecer e encaminhar para outro setor?

Letícia (APABG): As datas que temos são as apresentadas no início da reunião. No dia 30 de junho o Diretor Diego do DBio emitiu um o seu parecer e encaminhou ao setor de assessoria técnica da SEMA do dia trinta de junho ao dia dezesseis de setembro ficou na assessoria técnica da SEMA, no dia vinte e quatro de setembro a SEMA se reuniu com o MP, no dia vinte e dois de setembro o secretário adjunto que acatou no dia vinte e dois a INF nº 076 e envia para a assessoria jurídica que no mesmo dia emitiu o seu parecer e envia para o setor de mineração, o processo fica no setor de mineração do dia vinte e dois de setembro ao dia vinte e sete de setembro quando a diretora de mineração emite o seu parecer, no dia trinta de setembro o diretor do departamento de energia emite seu parecer e encaminha ao DRHS que no mesmo dia encaminha a DISAN que também encaminha no mesmo dia para o representante do DRHS no conselho consultivo da APABG onde está com o conselheiro Gabriel. Essas são as movimentações que temos referente ao PROA do Plano de Manejo.

Daniela (Sindienergia): Queria entender se a SEMA já tinha conhecimento desse processo desde o dia trinta de junho, mas pelo que entendeu a SEMA somente teve acesso após a reunião com o MP.

Letícia (APABG): Quando o processo passou pelo secretário adjunto, me pareceu que ele deu cinco dias para o processo passar pelos três departamentos, antes mesmo da reunião com o MP. Não tem como alguém dominar todo o processo em cinco dias, ainda mais três departamentos. Não entende também o porquê da necessidade de se passar por departamentos que têm representatividade no conselho e que participaram da construção do P.M. não tem o porque de





passar novamente por esses departamentos e isso eles podem ficar fazendo para sempre, é isso que preocupa muito porque assim nunca teremos a homologação.

Daniela (Sindienergia): Estava tentando montar uma linha do tempo, pois eu tive uma reunião com o Ebersson semana passada sobre outros assuntos, até conversamos sobre linhas de transmissão e ele não trouxe nada no sentido de negativa sobre isso. perguntei sobre a movimentação para entender, entendi que eles tiveram cinco dias para avaliar o processo e não três meses.

Letícia (APABG): O que não entendo é o porque precisa passar novamente por setores que participaram da construção do P.M. isso que não fica claro!

Fulvia (FIERGS): Eu queria entender também essa linha do tempo e ficou claro na explicação da Letícia, mas independente da necessidade ou não de passar novamente pelos setores, o que ficou claro é que eles tiveram cinco dias para emitir os pareceres e não os três meses, desde trinta de junho.

Letícia (APABG): Não iremos deliberar nada hoje, pois iremos aguardar o prazo até amanhã. Passaremos para a próxima pauta.

2.2 - Relatos dos trabalhos da CT “caturritas”

Paulo (INCRA): Faz um resgate da criação do CT, seus membros, os objetivos:

CRIAÇÃO: Em assembleia ordinária no dia 02 de agosto de 2021.

MEMBROS: Ivan (AAFISE), Paulo Jr. (INCRA), Eduardo Oslaj (SEAPDR), Roberta Soares (FEPAM), Alexandre Krob (Curicaca), Ricardo Aranha (SEMA), Cecilia Nin (SEMA), Letícia Vianna (SEMA), Paola Stumpf (DUC)

OBJETIVO: Identificar os pontos de Conflito no Banhado das Caturritas frente aos usos existentes e descrição /objetivo da Zona de Uso Restrito;

REGISTROS: SEMA

COORDENADOR(A)/RELATOR(A): INCRA

Apresenta as atividades realizadas pelo CT:

Atividades realizadas:	
20/08: Reunião CT: nivelamento e levantamento preliminar dos pontos de conflito	
02/09: reunião AAFISE para levantamento dos pontos de conflito	
23/09: Reunião CT: definição de encaminhamentos a partir dos pontos levantados nas reuniões	





Apresenta o mapa onde aparece a área de uso restrito no polígono em vermelho, os pontos vermelhos são os pontos de conflitos, os pontos verdes alguns canais de irrigação, os pontos amarelos as áreas que necessitam maior detalhamento. A partir desses pontos foi definido alguns encaminhamentos conforme o quadro.

ENCAMINHAMENTO	AÇÕES
1) Implementação do Plano, iniciando a ação do EIXO 1 de aprimorar o levantamento dos banhados	a) Aprovação desse encaminhamento pelo Conselho Gestor e definição de como executar (via CT específica, SEMA elabora um primeiro plano de trabalho...) b) Definição dos parâmetros para mapeamento dos banhados, por meio do estabelecimento dos indicadores biológicos e de dinâmica hídrica, com o devido amparo legal)
2) Dirimir dúvidas quanto aos limites da ZUR	a) Elaboração de memorial descritivo dos limites da ZUR, a fim de deixar clara a intenção, dirimindo dúvidas que podem ser ocasionadas por deslocamento de imagem de satélite b) Solicitações de alteração dos limites da ZUR serão pautadas junto à ação do item 1

Uma das ações do encaminhamento 01 é a criação de uma nova CT específica para executar as ações definidas na CT.

ENCAMINHAMENTO	AÇÕES
3) Manutenção canais	a) permitido o manejo para limpeza dos canais como de praxe, mediante informação à APABG e posterior envio de relatório b) aprofundamento do debate, mediante geração de informação e conhecimento local (elaboração de mapa dos canais, com detalhamento de informações sobre cada um e conferência a campo)
4) Conflito com áreas para plantio	a) permitida a continuidade conforme projeto elaborado, desde que em conformidade com a licença de operação; b) implantação de novas áreas que envolvem conversão: debate na CT específica do item 1a
5) Pecuária	a) Manutenção de cercas permitida como de praxe, mediante informação à APABG e posterior envio de relatório b) Detalhamento dos manejos que envolvem a atividade (manejo maricá, por exemplo), mediante reuniões específicas e vistorias no local

Andreas (Curicaca): Parabeniza os trabalhos da CT e manifesta sua alegria em ver o Plano de Manejo acontecer.

Cecília (APABG): Apresenta a criação da CT específica que irá aprimorar o mapeamento dos banhados com área prioritária no Banhado das Caturritas. Pergunta aos membros quem gostaria de participar da CT.





Letícia (APABG): Lembra que não pode ter somente membros da SEMA no CT. Paulo se candidatou, juntamente com Curicaca, Jan, Farsul. Sugere o Eduardo da SEAPDR para compor a CT, entende que se forem as mesmas pessoas os encaminhamentos são mais rápidos sem a necessidade de se retomar os assuntos a todo instante.

Paulo (INCRA): Questiona se será uma ou duas CT, uma para as áreas úmidas de banhados e uma específica para o Caturritas ou se será uma CT apenas?

Letícia (APABG): Será apenas uma CT com prioridade para o banhado das Caturritas e depois estenderá seus trabalhos para outras áreas úmidas. Os componentes da CT são o INCRA, Curicaca, Jan, a FARSUL, O SEAPDR, a DUC, mais eu e a Cecília, totalizando 08 pessoas.

Daniela (Sindienergia): Solicita a inscrição do SINDIENERGIA na CT.

Letícia (APABG): Solicita a Cecília que coloque o nome dos integrantes no *chat* para a confirmação dos participantes. Sem mais considerações passamos para próxima item da pauta.

Cecília (APABG): Fala sobre a criação de outra CT que irá tratar das boas práticas agropecuárias. Mesmo sem a homologação do plano é importante já irmos definindo os participantes das CTs e alinhando cronogramas.

PLANO DE MANEJO
Criação de Câmaras Temáticas dando início à implantação do PM

2. Plano de Boas Práticas Agropecuárias (Eixo 3)

Ação: Elaborar Cadernos com diretrizes técnicas temáticas para a adoção de boas práticas de manejo agropecuário.

Objetivo: Incentivo a práticas produtivas sustentáveis e/ou em transição; Atendimento às diretrizes e normas constantes no PM

Solicita aos participantes que desejam compor a CT se manifestem. Temos inscritos para participar a SEAPDR, FARSUL, SINDIENERGIA, CORSAN, CURICACA, DPMCC/SEMA. Lembra dos outros planos que estão previstos no eixo do P.M.

Planos previstos no PM:

2. Plano de Recuperação de APPs
3. Plano de Fiscalização
4. Plano de Monitoramento de Quantidade e Qualidade de Água
5. Plano de Controle de Incêndios
6. Plano de Difusão de Produção de Base Agroecológica





Sugere que os conselheiros já pensem em CT possam contribuir, e que seja já definido na primeira reunião do ano.

Letícia (APABG): A ideia é irmos abrindo as CTs conforme as possibilidades de participação dos conselheiros, todos temos outras atividades, mas vamos avaliando as possibilidades.

Sergio Cardoso (Comitê): Surge que se amplie a representatividades nas CT para tentar diminuir as possibilidade de erro, hoje tem muitas entidades que deveriam estar dentro do conselho e não participam efetivamente, inclusive de setores das prefeituras, como por exemplo as secretarias de agricultura, entende que não tem como ter um avanço se não tivermos essas secretarias dentro do processo. Em alguns municípios a secretaria da agricultura está ligada à pauta ambiental e outras não, em algumas está junto com a secretaria de desenvolvimento e sugere que seja enviado ofício às prefeituras para que elas indiquem representantes para participar das CT.

Letícia (APABG): Ótima sugestão do Sérgio, inclusive nosso regimento tem um item que permite convidarmos pessoas de fora do conselho para participar das CT.

Cecília (APABG): Sim, nosso regimento permite, porém precisa passar por plenária, sugiro que já passamos pela plenária de hoje e podemos votar para as CT terem autonomia de convidar participantes sem a necessidade de passar novamente pela plenária.

Andreas (Curicaca): Achei ótima a sugestão do Sérgio e penso que isso precisa se tornar uma diretriz das CTs, estimulada e autorizada pela plenária do conselho, para que elas criem seus mecanismos de integrar outros perfis técnicos, só precisamos colocar isso como uma diretriz das CTs.

Cecília (APABG): Solicitamos para quem tiver alguma coisa contrária se manifestar, caso não haja contrários já deixamos acordado em plenária. Essa próxima demanda necessita da homologação do P.M. Já estamos criando as INs para o fluxo de normas sobre acampamentos e pulverização agrícola, e iremos encaminhar para os conselheiros antes das votações.

PLANO DE MANEJO
Criação de Instrução Normativa para fluxos de normas

ZONA USO RESTRITO:

Acampamentos somente serão permitidos desde que com autorização escrita do proprietário da área através de fluxo de procedimento a ser estabelecido pela gestão da UC.

NORMAS GERAIS:

As empresas de pulverização agrícola que prestam serviços na APABG, proprietários que possuem aeronaves, ou proprietários e suas representações para esse fim, devem informar aos gestores da UC sobre a aplicação aérea de agrotóxicos através de preenchimento de formulário para compor banco de dados.

Sérgio (Comitê): Sugere que para a construção das normativas para acampamento também seja chamado a contribuir aquelas pessoas que usam o rio e suas barrancas como forma de lazer.





Letícia (APABG): informa que as normativas são apenas para as áreas de uso restrito e não contemplam as zonas de adequação, mas em uma futura revisão podemos sim incluir essas áreas.

Cecília (APABG): Para criação das INs não pensamos em formar uma CT, pensamos em elaborar a normativa e encaminhar para apreciação e votação do conselho, mas se entenderem que é necessário a criação de CT podemos criar.

2. Conselho Gestor

2.1 Alterações no Regimento Interno

Paulo: Apresenta as principais alterações que estão sendo feitas no regimento interno.

CONSELHO GESTOR
Alterações no Regimento Interno

Relatos da CT do Regimento Interno

Principais alterações:

- Natureza Deliberativa → Consultiva (adequação a Lei 15434/20);
- Nomenclatura CONSELHO GESTOR;
- Artigo com definição de Conceitos;
- Regularização de assembleias remotas mesmo fora de situações atípicas;
- Regularização do grupo de whatsapp oficial como ferramenta de comunicação legítima;
- Regulamentação das justificativas – aceite de somente prévias e posteriores em caso de força maior.

Apresenta o cronograma da CT que está tratando das alterações no regimento.

CRONOGRAMA

22/set → Envio da minuta do Regimento interno

4/out → Relato dos Trabalhos da CT Regimento Interno

25/out → Assembleia Extraordinária deliberação do Regimento Interno

Até 4/nov → Publicação AVISO PUBLICO (30 dias antecedencia fim mantado: 4/dez)

6/dez → Assembleia Ordinária → Recondução dos mandatos dos conselheiros;
Resultados das entidades inscritas e aprovação composição em plenária

Além do relato, gostaríamos de trazer para vocês a realização da assembleia extraordinária no dia vinte e cinco de outubro é, principalmente, para evitarmos questionamentos no final do mandato.





Cecília (APABG): Informa que essa necessidade de assembleia extraordinária está no regimento e é pauta única, por isso foi previsto essa data para dar tempo de realizarmos todos os trâmites. Gostaria de combinar com os conselheiros que os retornos referentes às suas propostas sejam encaminhados com, pelo menos, dez dias de antecedência para dar tempo de analisarmos e encaminharmos para os seus pares analisarem antes da deliberação do regimento no dia vinte e cinco de outubro.

Letícia (APABG): questiona se algum conselheiro tem alguma dúvida sobre a pauta, sem dúvidas passa para a próxima pauta.

2.2 Alteração Composição (Fim mandato conselheiros)

ANO - 2021	11 jan. Extra	1 fev. 17h	5 abr. 10h	23 mai. Extra	7 jun. 10h	14 jun. Extra	2 ago. 6h	Total Faltas
1. AACI/SC	0	0	0	0	0	0	0	0
2. ACAMPA	0	0	0	0	0	0	1	1
3. ACIV	1	0	0	0	0	1	1	3
4. APB VIC	0	0	Justif	0	0	0	0	0
5.								
6. Comitê Gravataí	0	0	0	0	0	0	0	0
7. EMATER RS	0	1	0	0	0	0	0	1
8. FARSUL	0	0	0	0	0	0	0	0
9. FERFAM	0	1	0	0	0	0	0	1
10. FIERGS (Fernando/Claudia)	0	0	0	0	0	0	0	0
11.								
12. FIERGS (Taigo/Cristiano)	0	0	0	0	0	0	0	0
13. INCRA	0	0	0	0	0	0	0	0
14. Instituto Caracacá	0	0	0	0	0	0	0	0
15. LBV - Legião da Boa vontade	0	0	0	0	0	0	0	0
16. Prefeitura Municipal de Glorinha	0	0	0	0	0	0	0	0
17. Prefeitura Municipal de Gravataí	0	0	0	0	0	0	1	1
18. Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha	0	0	0	0	0	0	0	0
19. Prefeitura Municipal de Viçosa	0	0	1	0	0	0	0	1
20. Quilombo Cantão das Lombas-Anastácia	0	Justif	Justif	Justif	Justif	Justif	0	0
21. Quilombo da Estância	0	0	0	1	0	0	0	1
22. SEADR	0	0	0	1	0	0	0	1
23. SEMA - APABG	0	0	0	0	0	0	0	0
24. SEMA - CORAN	0	0	0	1	0	0	0	1
25. SEMA - Div. de Pres. Monet. Cont.	0	0	0	0	0	0	0	0
26. Sema - Jari								
27. Sindicato Rural de Glorinha/Gravataí								
28. Sindicato Trabalhadores Rurais de SAP	1	0	0	0	0	0	Justif	1
29. SINDRURALSIA	0	0	0	0	0	0	0	0
30. UFRGS	0	0	0	0	0	0	0	0

Cecília (APABG): No ano de dois mil e vinte, devido à pandemia tivemos que nos adequar em reuniões virtuais, e nesse período a gestão do conselho não considerou as faltas, mas em dois mil e vinte e um, já estamos mais familiarizados com as reuniões virtuais e começamos a contabilizar as faltas das entidades. Algumas já não participavam mesmo antes da pandemia como é o caso da Associação dos Moradores do Banhado do Gravataí, não participou de nenhuma reunião este ano e não justificou. Fica então excluída do conselho. Temos uma vaga da FIERGS, peço desculpas a Fulvia, pois coloquei uma falta a mais, ela começou a representar a FIERGS em maio, então somente a partir de maio que contabiliza a pessoa dela como presença ou falta, mas a instituição já tem quatro faltas, então pelo regimento é outra vaga que estaria excluída. Temos a vaga do DRHS e do Sindicato rural de Glorinha e Gravataí com três faltas, então temos essas quatro instituições que estariam excluídas pelo nosso regimento. Temos também a ACIVI, a SEADR, a CORAN e o Sindicato de trabalhadores rurais de Santo Antônio da Patrulha com três faltas, já foram notificados que não poderiam mais faltar, a ACIVI e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de SAP mandaram justificativa prévias para não estarem presentes hoje, então pelo regimento ainda continuam no conselho. O Quilombo da Anastácia e o cantão das lombas por motivos estruturais não estão participando por não terem internet no local. A próxima tela





apresenta a situação atual do conselho, onde temos treze instituições governamentais, tendo uma excluída (DRHS/SEMA). No setor não governamental temos dezessete instituições e três excluídas: Associação dos Moradores do Banhado Gravataí; FIERGS; Sindicato Rural de Gravataí e Glorinha. É com esse cenário que iremos trabalhar e realizar o aviso público para substituição das vagas.

Letícia (APABG): Lembra que a instituição que perdeu a vaga pode se candidatar novamente a vaga.

Fulvia (FIERGS): Informa que a primeira convocação que recebeu para participar como conselheira foi no início de junho, antes disso ainda não tinha recebido a confirmação da vaga de conselheira. Solicita informações de como proceder para a instituição se recandidatar a vaga.

Cecília (APABG): Explica que no dia quatro de novembro será publicado um aviso público e nele terá os procedimentos para as instituições se candidatarem a vagas de conselheiro e no dia seis de dezembro será votado em assembleias ordinárias a aceitação ou não das instituições inscritas. Explica que ainda está em vigor a IN que limita a 20 conselheiros, espera-se que a SEMA reveja essa IN, mas a composição do conselho é anterior a IN, caso não tenhamos uma nova IN justificamos e apresentamos ao jurídico para que ele aprove as 30 vagas no conselho.

Letícia (APABG): complementa que um dos locais para buscar a informação sobre o procedimento para se candidatar a vaga é no site da SEMA.

3. Controle do *Pinus* - Glorinha

Letícia (APABG): Ocorreu no dia quinze de novembro uma reunião, provocada pelo Vereador Ricardo Silva. A ideia proposta pelo Vereador Ricardo é qualificar moradores da cidade para efetuarem a supressão dos pinus e obter uma renda com a madeira. A proposta foi bem recebida pelo prefeito e uma próxima reunião já está marcada para o dia cinco de outubro. Caso a ideia dê certo iremos expandir para outros municípios também.

Reunião no município de Glorinha

Data: 15/09/2021

Pauta: Contextualização sobre a problemática do Pinus, marcos legais e possibilidades de controle através de medidas conjuntas entre APA do Banhado Grande/SEMA e Município, à convite do vereador Ricardo Silva.

Participantes: Ricardo Silva, Dorival Medinger e João Soares (vereadores), Prefeito Paulo Correia, Wellington Marafigo (Secretário da SMIC), Rodrigo Saldanha (Técnico Ambiental), Cecília Nin (Analista Ambiental APABG/SEMA), Leandro Martins (Estagiário APABG/SEMA) e Diácono Carlos Alberto Roz (Convidado)

Encaminhamentos

- Existe intenção de todos os presentes em buscar uma solução para a problemática do Pinus, o alinhamento das propostas será tratado em reuniões subsequentes, sendo o ponto focal o vereador Ricardo Silva;
- A APA do Banhado Grande elaborará uma cartilha informativa para distribuição nas escolas, igrejas, locais públicos, nas propriedades rurais, enfim, para toda a comunidade





Paulo (INCRA): Pergunta se os plantios são comerciais ou se tem envolvimento do setor empresarial. A ideia é o controle de plantações não legalizadas e pergunta se tem plantios localizados de pinus no município.

Letícia (APABG): Informa que dentro da APA não existe plantio licenciado, os pinus são resultantes de plantio paisagístico ou fruto de invasões. A ideia é informar a população para que ela conheça os riscos da invasão desses pinus nas suas propriedades. iremos iniciar com os pinus de maior diâmetro, mas também existem os pinus de menor diâmetro e que não serão vantajosos financeiramente, mas precisamos pensar em uma forma de erradicar esses pinus da APA.

Andreas (Curicaca): Parabeniza a iniciativa, principalmente do município. Não ter plantios comerciais entende que é muito bom e envolver os proprietários é fundamental, por que eles têm sim uma responsabilidade sobre a invasão que esses pinus causam no entorno. Iniciar pelos indivíduos adultos é uma estratégia, mas entende que precisa ser revisada, acha importante o mapeamento das matrizes, fontes para mais invasões. A APA tem muito a contribuir com essa iniciativa, orientando e mapeando essas matrizes, pois o custo para retirar essas árvores da propriedade é muito caro e essas parcerias podem ser uma boa estratégia. Fica muito feliz com essas iniciativas e principalmente com a participação da comunidade.

Letícia (APABG): Temos a questão do custo e a questão legal também, a ideia e uma qualificação de mão de obra para obter uma remuneração com o corte desses pinus maiores, mas os pinus menores teremos que encontrar uma outra forma de uso, a Fibraplac por exemplo não pode usar para produção de energia, mas precisamos fazer um trabalho forte com a FEPAM. Estamos pensando em tudo, mas iremos começar com o que é mais possível no momento.

4. Assuntos Gerais

- ASSUNTOS GERAIS -

- ✓ Demanda do Comitê Gravataí ao DBIO para apresentação dos dados do CAR na APABG
- ✓ Próxima Assembleia Extraordinária: 25 de outubro (REGIMENTO INTERNO)
- ✓ Próxima Assembleia Ordinária de 2021: 06 de dezembro (COMPOSIÇÃO)

Letícia (APABG): A demanda do comitê Gravataí sobre os dados do CAR foi encaminhada ao diretor Diego, mas na reunião passada ele estava de férias e nessa deu conflito de agenda, mas se comprometeu em dezembro participar da reunião e apresentar os dados, informou que estando algumas questões do CAR sobre judicialização talvez em dezembro ele tenha dados mais concretos para passar sobre o CAR. Eu gostaria de apresentar o nosso novo guarda parque, mas a sede da APA está sem internet, o que inviabiliza a sua participação. Definimos a nossa próxima assembleia extraordinária no dia vinte e cinco de novembro com pauta única para tratar do





regimento interno e definimos a nossa assembleia ordinária no dia seis de dezembro, nossa última assembleia do ano, onde iremos votar a composição do conselho entre outras pautas.

Tânia (APNVG): APNVG gostaria de registrar que hoje é o dia ecologia, porque é o dia de São Francisco de Assis, patrono da ecologia, e cita uma frase da oração de São Francisco de Assis “onde houver ódio que eu leve o amor”.

Andreas (Curicaca): Informa que gostaria de fazer um relato sobre as linhas de transmissão que estão em andamento na APA, mas que a documentação é muito ampla e não teve condições de ler todo o material e elaborar um parecer, informa que ocorreu uma nova vistoria na área, agora pela FEPAM onde não encontrou nenhum problema na instalação, inclusive contrariando o parecer emitido pela APA em sua vistoria anterior, informa que assim que terminar os estudos do material irá redigir um parecer com as suas observações e encaminhar ao GT e também ao conselho para um análise na última assembleia. Gostaria só de lembrar que estou atento a esses movimentos e tento demandar a equipe da APA, mas em algum momento teremos que debater sobre essa questão, pois além dessa linha teremos outras e o histórico com as linhas não é muito agradável e a ideia é realizar um monitoramento independente. Então pode ser que nas próximas semanas chegue algum material sobre essas observações.

Letícia (APABG): Caso tenha necessidade de colocarmos em pauta para próxima assembleia nos comunique por *e-mail* que colocamos na convocação.

Cecília (APABG): Informa que foi firmado o termo de compensação ambiental da PAMPA no valor de R\$ 372 mil, recebemos hoje o e-mail informando que estaria disponível para uso e aplicação e o plano de trabalho está indicando a construção da nova sede da APA, com lugar para guardar materiais e espaço para realizarmos nossas reuniões do conselho.

Leticia (APABG): finaliza a reunião lembrando aos conselheiros sobre a Assembleia Extraordinária do dia vinte e cinco de outubro.

